



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Processo nº: 16.089/2017-e.

Jurisdicionada: Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF.

Assunto: Representação.

Ementa:

- Representação formulada por cidadão, servidor público distrital, que noticia a existência de supostas irregularidades no pagamento da jornada de trabalho dos Defensores Públicos do Distrito Federal ocupantes de cargos comissionados (e-DOC A8C6E49C-c e e-DOC 7017FCD3-c);
- Decisão nº 2.815/17 (e-DOC ECA80C48-e): Conhecimento da representação e dos documentos a ela anexados. Indeferimento da cautelar requerida. Devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para instrução, com posterior remessa do feito ao MP de Contas para emissão do competente parecer;
- Juntada de novos documentos apresentados pelo representante (e-DOC 8754D9F5-c e e-DOC 03323914-c);
- Decisão nº 1.483/18 (e-DOC 81825204-e): Improcedência da representação. Recomendação à DPDF. Reiteração ao Senhor Governador do Distrito Federal e ao titular da DPDF para encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF projeto de lei. Ciência ao representante, bem como à SEPLAG e à PGDF;
- Pedido de Reexame interposto pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF (e-DOC D05F125F-e);
- Decisão nº 2.367/2018: Conhecimento do recurso, conferindo-lhe efeito suspensivo;
- **Nesta fase:** Análise de mérito do recurso;
- Corpo Técnico: Não provimento ao pedido de reexame. Supressão do comando constante do item IV da Decisão nº 1.483/2018, sem prejuízo de esclarecer ao órgão destinatário que persiste obrigado a observar deliberações anteriores desta Corte sobre a matéria ali tratada, com especial ênfase ao disposto no item IV da Decisão nº 6.127/2016 (e-DOC 02B70516-e);
- Ministério Público: Parecer, na essência, convergente, com ajuste apenas para dar provimento parcial ao recurso com vistas a esclarecer o conteúdo do item IV da Decisão nº 1.483/2018, na linha deliberada na Decisão nº 6.127/2016;
- **VOTO** convergente, com ajuste, negando provimento ao Pedido de Reexame interposto pela DPDF em face dos itens IV, V e VI da Decisão nº 1.483/2018, com base no entendimento já consolidado nesta e. Corte de Contas na Decisão nº 3.957/2018 (Processo nº 11.814/2014), bem assim na Decisão nº 6.127/2016 (Processo nº 4.505/2016).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

RELATÓRIO

Tratam os autos de representação formulada por HENRIQUE SILVA MARQUES, ocupante de cargo em comissão na Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, que noticia a existência de supostas irregularidades no pagamento da jornada de trabalho dos Defensores Públicos do Distrito Federal ocupantes de cargos comissionados (e-DOC A8C6E49C-c e e-DOC 7017FCD3-c).

2. Na Sessão Ordinária nº 5.028, de 5.4.2018, o Tribunal proferiu a Decisão nº 1.483/2018 (e-DOC 81825204-e), transcrita a seguir:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por atendida a determinação contida na Decisão nº 2.815/17; II – tomar conhecimento do documento complementar juntado pelo representante (e-DOC 8754D9F5-c); III – tendo por norte o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do MS nº 29.188-DF e o que deflui da Decisão nº 5.587/2015, considerar improcedente a representação formulada pelo servidor HENRIQUE SILVA MARQUES, ilustre Defensor Público do Distrito Federal, pois a ampliação de sua jornada de trabalho (de 30 para 40 horas semanais) e atribuições é compensada pela percepção cumulada dos vencimentos de cargo em comissão na forma dos arts. 58, 67 e 77 da Lei Complementar nº 840/2011; IV – considerando que a pretensão do representante já foi objeto de apreciação por este Tribunal (Decisão nº 6.127/16), reiterar recomendação à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF para que continue se abstendo de promover qualquer aumento no subsídio/remuneração dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais, salvo se sobrevier dispositivo legal, em sentido estrito, que estabelecer o percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF e que a instituição esteja abaixo do seu limite prudencial, à luz do que dispõe o art. 16 e o art. 17 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como os arts. 37, X, e 169, § 1º, II, da Constituição Federal de 1988; V – reiterar ao Senhor Governador do Distrito Federal e ao titular da Defensoria Pública do Distrito Federal os termos do item VIII da Decisão nº 5.590/2015, a fim de que, no prazo de até 30 (trinta) dias, seja encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF projeto de lei visando ajustar o sistema remuneratório da Carreira de Defensor Público do Distrito Federal ao disposto no art. 135, c/c o art. 39, § 4º, da Constituição Federal (remuneração por subsídio); VI – determinar ao titular da Defensoria Pública do Distrito Federal que, no referido prazo, informe a esta Corte de Contas sobre a formalização de providências visando dar efetividade ao prescrito no item anterior; VII – dar ciência desta decisão ao representante, bem como à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal; VIII – autorizar a devolução do feito em exame à SEFIPE, para os devidos fins. (Grifei).

3. Irresignada com os termos do *decisum* retro, a DPDF interpôs Pedido de Reexame (e-DOC D05F125F-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

4. A Instrução se deu por meio do documento eletrônico e-DOC D61E3EAA-e, pugnando pelo conhecimento do Pedido de Reexame, com efeito suspensivo, nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 1/94, c/c os artigos 278, II, § 1º, 279 e 286 do Regimento Interno do TCDF.

5. Por meio da Decisão nº 2.367/2018 (e-DOC 732E5410-e), o Tribunal decidiu pela admissibilidade da peça recursal, conferindo efeito suspensivo aos itens IV, V e VI da Decisão nº 1.483/2018, nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 1/94, c/c os artigos 278, II, § 1º, 279 e 286 do Regimento Interno do TCDF.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

6. O Corpo Técnico manifestou-se mediante o e-DOC 89BD9CD19-e, nos termos que segue:

“(...)

Análise

8. Convém reproduzir, inicialmente, as razões apresentadas por esta unidade técnica, ao ensejo da apreciação de mérito da representação exordial destes autos, cuja essência serviu de lastro à demanda consignada no item V da Decisão nº 1.483/2018, ora hostilizada, verbis:

“(...)

14. Nada obstante, há outra questão igualmente grave: a omissão legislativa no que concerne à não remuneração dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF por meio de subsídio, em flagrante afronta ao art. 135 da CRFB, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, ou seja, uma mora descabida de quase 20 (vinte) anos, fato que reclama adoção de imediatas providências, uma vez que não pode um órgão de estatura constitucional (essencial à justiça para que o Estado preste assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos) permanecer inerte e à margem da própria Constituição da República. Senão, vejamos.

“Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).”

(sem grifos no original)

*15. Em que pese a aplicação da LC distrital nº 840/11 se estender aos Defensores Públicos do Distrito Federal, por se enquadrarem na condição de servidores públicos, consoante dispõe o ordenamento jurídico pátrio, condição reafirmada pelo item V.2 da Decisão nº 5587/15, por força do art. 135 da CRFB, na redação dada pela EC nº 19/98, “os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas **Seções II e III deste Capítulo** [Das Funções Essenciais à Justiça] **serão remunerados na forma do art. 39, § 4º**”, ou seja, exclusivamente “por subsídio fixado em parcela única, vedado*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI”, da Magna Carta de 1988, o que não permitiria, pela própria natureza e peculiaridade do cargo, que os defensores públicos percebessem determinados adicionais e vantagens (**art. 5º, § 4º, da EC nº 19/98**), a exemplo do adicional por tempo de serviço, previsto no art. 88 da LC distrital nº 840/11 (cita-se, portanto, o MS nº 24.875-DF, no qual o Excelso STF entendeu que ficaram absorvidos pelo subsídio o vencimento básico, as verbas de representação e o adicional de tempo de serviço, nos exatos termos do art. 8º da EC nº 41/03, cuja constitucionalidade foi confirmada no julgamento retro).

(...)

17. Importa registrar, por oportuno, que o poder constituinte derivado, por intermédio da Emenda Constitucional nº 80/14, alterou o Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - Da Organização dos Poderes, da Constituição Federal, acrescentando uma nova seção ao referido capítulo, de modo a desmembrar a sobredita Seção III, até então denominada “Da Advocacia e da Defensoria Pública”, destinando a nova seção – Seção IV – à defensoria pública, sem, contudo, efetuar o ajuste correspondente no art. 135 da CRFB (tal artigo encontra-se na própria Seção IV). Assim, a Seção III restou exclusivamente destinada à advocacia (no caso, privada) e a Seção IV à defensoria pública, mera incorreção legislativa que não tem o condão de macular a norma e que em nada afasta a aplicação do art. 135 da Lei Suprema à advocacia pública e à defensoria pública.

18. Nessa linha de pensar, o i. Prof. Luciano Ferraz sustenta que:

“Serão remunerados mediante subsídio, obrigatoriamente, os seguintes agentes públicos: detentores de mandato eletivo do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais (art. 39, § 4º, da CF), membros do Ministério Público (art. 128, § 5º, da CF), membros da Advocacia Geral da União, **Defensores Públicos, Procuradores dos Estados e Distrito Federal (art. 135, da CF)**, Ministros do Tribunal de Contas da União (art. 73, § 3º, da CF) e policiais (art. 144, § 9º, da CF); e facultativamente, os demais servidores públicos organizados em carreira (art. 39, § 8º, CF).¹”

(sem grifos no original)

19. Sob outro prisma, impende ressaltar que a Lei distrital nº 5.173, de 19 de setembro de 2013, que reajustou “as tabelas de vencimentos básicos das carreiras Procurador do Distrito Federal, Assistência Judiciária do Distrito Federal e Defensor Público do Distrito Federal, na forma dos Anexos I, II e III desta Lei, respectivamente, a contar das datas especificadas”, continuou a utilizar, equivocadamente, a nomenclatura “vencimentos”, quando as carreiras mencionadas no precedente parágrafo, por efeito da

¹ DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella; MOTTA, Fabrício; FERRAZ, Luciano de Araújo. **Servidores públicos na Constituição de 1988**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 107 ISBN 9788522488728.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Constituição Federal, somente podem ser remuneradas mediante subsídio (em processo de auditoria anterior, realizado na PGDF, bem como na própria DPDF [quando ainda sem autonomia funcional e administrativa], o Tribunal já recomendou ao Governador do Distrito Federal atender a este comando constitucional).

20. A Lei Complementar distrital nº 908/16, por sua vez, publicada no DODF nº 6, de 11 de janeiro do ano passado, já de iniciativa da própria Defensoria Pública do Distrito Federal (após sua autonomia funcional e administrativa), que alterou a Lei Complementar distrital nº 828, de 26 de julho de 2010, esta última “que regula a prestação de assistência jurídica pelo Distrito Federal e dispõe sobre a organização de Centro de Assistência Judiciária – CEAJUR”, **não abordou o assunto** mencionado no anterior parágrafo, o que reclama providências, uma vez que, como mencionado alhures, não pode um órgão de estatura constitucional (essencial à justiça para que o Estado preste assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos) quedar-se inerte diante de uma tão gravosa questão, permanecendo à margem da própria Constituição, registre-se, a lei maior do ordenamento jurídico pátrio.

21. Pois bem. Remunerar as aludidas carreiras por meio diverso do subsídio mostra-se como uma flagrante afronta ao comando constante da Carta Magna (art. 135 da CRFB – redação da EC nº 19/98) e, sobretudo, como uma irrefutável ofensa ao princípio da hierarquia das normas jurídicas, até porque, com a edição da recente LC distrital nº 908/16 – DODF nº 6, de 11.01.16 –, que alterou a LC distrital nº 828/10 – CEAJUR, frise-se, já de iniciativa da própria Defensoria Pública do Distrito Federal (após sua autonomia funcional e administrativa), o órgão autônomo supra teve inequívoca oportunidade de sanear esta **grave inobservância constitucional** (PLC nº 27/15), não tendo, contudo, enfrentado tal **relevante questão de ordem**, fazendo-se necessário, portanto, noticiar a omissão legislativa em apreço, **consoante impõe o art. 78, XII, da LODE**, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT para adoção das medidas que aquele **Parquet** entender cabíveis à espécie. (...)”

9. Nada obstante, por ocasião do exame de admissibilidade do recurso de que se trata, esta Sefipe destacou, de plano, que as matérias ora recorridas consistiam em reiteração de deliberações proferidas em outros feitos em trâmite ou que tramitaram pelo Tribunal.

10. Acerca da necessidade de encaminhamento à Câmara Legislativa do Distrito Federal de projeto de lei visando ajustar o sistema remuneratório da Carreira de Defensor Público do Distrito Federal ao disposto no art. 135, c/c o art. 39, § 4º, da CF/88 (remuneração por subsídio), **trata-se de repetição** do comando do **item VIII da Decisão nº 5.590/2015**, proferida no Processo nº 11814/2014², apenas com ajuste

² Auditoria de Regularidade realizada na Procuradoria-Geral do DF e na Defensoria Pública do DF, tendo por objeto a verificação, sob os aspectos da legalidade e regularidade, das respectivas folhas de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas. Eis o exato teor do reportado item VIII da Decisão nº 5.590/2015, verbis:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) **VIII - dar ciência ao Governador do Distrito Federal do descumprimento do art. 135 da Constituição Federal, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam elaborados e encaminhados à CLDF projeto(s) de lei visando a adequar o sistema remuneratório das Carreiras Procurador do DF, Defensor Público do DF e Assistência Judiciária do DF (essa em extinção) ao disposto no art. 39, § 4º, da CRFB (remuneração por subsídio); (...)**”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

redacional para inclusão do titular da DPDF no polo passivo daquela demanda, em razão da autonomia funcional e administrativa que se seguiu por força da EC nº 80/14 e das Emendas à LODF nº 61/12 e 86/15³.

11. Ressalte-se que o disposto no sobredito item VIII da Decisão nº 5.590/2015 foi objeto de pedido de reexame da Procuradoria-Geral do DF naquele feito⁴, de modo que fosse reconhecido pelo Tribunal que o comando tratava-se de mera recomendação (sem caráter obrigatório e imposição de prazo), e não de determinação ao Governador, para encaminhar o projeto de lei de incorporação, por meio de subsídio, da remuneração dos servidores das carreiras Procurador do DF, Defensor Público do DF e Assistência Judiciária do DF (esta, em extinção).

12. A respeito, expressara a Sefipe, no mérito, não “haver espaço para postergar a medida em questão, considerando que a adoção de subsídio para retribuição das carreiras de Procurador e Defensor públicos é imposição e não mera faculdade da Constituição Federal”, embora registrasse o reconhecimento de que a deliberação atacada não poderia, de fato, ser lida como determinação. No mesmo sentido pronunciou-se a e. Corte, ao negar provimento ao recurso, a teor da Decisão nº 4.211/2016⁵, sendo de bom alvitre destacar os fundamentos do respectivo voto condutor, da lavra do i. Conselheiro-Relator Manoel de Andrade, assim lançados:

“Com razão as Unidades Instrutiva e Ministerial, não devendo, pois, ser provido o recurso, no ponto em questão.

Nada obstante, entendo oportuna uma pequena consideração adicional.

*Realmente, **as providências dirigidas ao Governador têm o caráter de recomendação**, e não determinação, **basicamente porque a Corte não tem jurisdição sobre as responsabilidades atribuídas constitucionalmente ao Chefe do Poder Executivo local.***

*Mas, **considerando que o Tribunal, em matéria de sua competência, detectou uma ilegalidade, consubstanciada no descumprimento do art. 135 da Constituição Federal pelo Governador**, esta Corte agiu corretamente ao estabelecer um prazo para que o Governador, por ser de sua competência, adote as medidas devidas com vistas à correção da irregularidade.”*
(g.n.)

³ “Art. 71. **A iniciativa das leis complementares e ordinárias**, observada a forma e os casos previstos nesta Lei Orgânica, cabe: (...)

V – à Defensoria Pública, nas matérias do art. 114, § 4º. (...)”

“Art. 114. (...)

§ 4º Compete privativamente à Defensoria Pública a iniciativa das leis sobre:

I – sua organização e funcionamento;

II – criação, transformação ou extinção dos seus cargos públicos e **fixação dos respectivos vencimentos ou subsídios**;

III – o estatuto dos defensores públicos do Distrito Federal.”

⁴ “(...) b) provimento total do presente Pedido de Reexame, com o intuito de reconhecer: (...) 4) que a recomendação ao Governador pra elaboração de lei não possui caráter obrigatório, conforme reconhecido nos Embargos de Declaração e não acrescido ao dispositivo da decisão. (...)”

⁵ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – negar provimento ao pedido de reexame interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF** (fls. 716/745 e documentos anexos de fls. 746/804); II – autorizar: a) a ciência desta decisão ao Chefe do Poder Executivo local, à PGDF, à Defensoria Pública do Distrito Federal, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; b) o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins.” (g.n.)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

13. Observa-se, portanto, que já naquela oportunidade, ciente da alteração promovida pela EC nº 80/14 (na órbita da qual se desenvolve o apelo em tela), este Tribunal reafirmava tratar-se de ilegalidade a relutância das autoridades competentes para ajustar o sistema remuneratório das aludidas carreiras aos comandos do § 4º do art. 39 (remuneração exclusivamente por subsídio), c/c o art. 135, ambos da Constituição Federal.

14. Recentemente, a matéria voltou à baila naqueles autos, em sede ordinária, observando-se, ao compulsá-los, posicionamentos díspares a respeito da necessidade daquele ajuste relativamente à Carreira de Defensor Público do DF.

15. De um lado, o atual relator daquele feito, i. Conselheiro Paulo Tadeu⁶, embora endossasse a proposta da Sefipe por se reiterar a referida providência saneadora, **reputou-a desnecessária em relação aos defensores públicos distritais** (mantendo-a para as demais carreiras), porque “já foi reiterada recentemente (Processo nº 16089/17, Decisão nº 1483/18)”, ou seja, remetera à deliberação que ora é objeto de recurso nestes autos.

16. Em manifestação de vista⁷, por sua vez, houve por bem o i. Conselheiro Renato Rainha abordar dois assuntos agitados no sobredito voto, assim o fazendo em relação ao regime remuneratório da DPDF:

“No tocante à relutância das autoridades competentes no sentido de ajustar o sistema remuneratório das Carreiras de Defensor Público e Procurador do Distrito Federal, assim como o da Assistência Judiciária do Distrito Federal (carreira em extinção), aos comandos do § 4º do art. 39 c/c o art. 135 da CRFB, tenho uma pequena divergência e ela advém da Emenda Constitucional nº 80/2014 que, ao disciplinar o **TÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES - CAPÍTULO IV - DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA**”, estabeleceu as seguintes Seções:

- Seção I – **DO MINISTÉRIO PÚBLICO** – arts. 127 a 130-A;
- Seção II – **DA ADVOCACIA PÚBLICA** – arts. 131 a 132;
- Seção III – **DA ADVOCACIA** – arts. 133;
- Seção IV – **DA DEFENSORIA PÚBLICA** – arts. 134.

O art. 135 da Carta da República prevê:

‘Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º.’

Verifico que a disposição em tela não incluiu a Seção IV (Defensoria Pública) na incidência do art. 39, § 4º, da Lei Maior.

A Emenda Constitucional nº 19/98 conferiu a seguinte redação ao § 4º do art. 39 da Constituição Federal:

‘§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional,

⁶ No bojo do voto lançado sob o e-DOC BDF20A03.

⁷ Consubstanciada no e-DOC 65C70C83.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.”

17. Desse modo, ao concluir sua abordagem, Sua Excelência erguera divergência asseverando que: “Diante do primado do princípio da legalidade, submeter os Defensores Públicos ao regime remuneratório do subsídio, antes de eventual alteração do art. 135 da Constituição Federal, **carece de fundamento legal**” (sem grifo no original).

18. Salienta-se que aqueles autos vieram a julgamento recentemente (SO de 14/08/2018), ocasião em que o Conselheiro Paulo Tadeu, mantendo seu posicionamento anterior⁸, fez ponderações adicionais em reforço à obrigatória adoção do sistema remuneratório por subsídio no tocante às carreiras citadas no art. 135 da CF/88, as quais, permissa venia, adiante trazemos à colação, em pertinente e respeitoso destaque:

“No que toca ao primeiro ponto, estes são os motivos pelos quais penso estar correta a posição do Tribunal no sentido de exigir que os defensores públicos sejam remunerados por subsídio:

- Parece-me ter havido falha na EC nº 80/2014, ao não modificar a redação dada pelo art. 135 da Constituição Federal, que se mantém com a redação dada pela EC nº 20/98. Isso porque a antiga Seção III (Da Advocacia e da Defensoria Pública) do Capítulo IV (Das Funções Essenciais à Justiça) da Constituição Federal foi desmembrada em Seções III (Da Advocacia) e IV (Da Defensoria Pública) sem que se observasse o reflexo disso no art. 135. Reforça essa minha convicção o fato de a própria EC nº 80/2014 ter incluído o § 4º do art. 134 da CRFB, assegurando, no que couber, a aplicação das regras inseridas no art. 93 da Lei Maior, entre as quais está a de perceber remuneração por meio de subsídio (inciso V).*
- A EC nº 80/2014 aproximou ainda mais as Defensorias Públicas da Magistratura e do Ministério Público, não me parecendo razoável que haja distinção na forma de remuneração de seus membros. Talvez por isso, as edições atualizadas das obras dos principais administrativistas do país mantêm, sem maiores questionamentos a respeito, o posicionamento de que devem ser remuneradas por subsídios, entre outros, as Defensorias Públicas. Cite-se, como exemplo, a obra “Curso de Direito Administrativo”, do renomado professor Celso Antônio Bandeira de Mello, 33ª Edição, p. 283, in verbis: “33. Remunerar-se-ão por subsídio (...) Além destes agentes, por força do art. 135: (...) (16) [os membros] da Defensoria Pública.”*
- A melhor doutrina constitucionalista segue o mesmo caminho, consoante se pode notar deste trecho a seguir, que foi retirado da obra “Curso de Direito Constitucional Positivo”, 40ª Edição, p. 693, do Professor José Afonso da Silva: “O subsídio é obrigatório ou facultativo. É obrigatório para detentores de mandato eletivo federal, estadual e municipal (...) Defensores Públicos (...)”.*

19. Nesse particular, os robustos argumentos declinados pelo Relator, de cujo acerto convenceu-se o Revisor a ponto de a eles aderir, restaram

⁸ Conf. manifestação no e-DOC A85F7E39.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

chancelados em Plenário, à unanimidade, a teor da Decisão nº 3.957/2018 (itens V e VI⁹).

20. *Insta observar que o fundamento central da aludida divergência - de todo insubsistente naqueles autos - também se encontra no bojo dos argumentos deduzidos no recurso sob exame, na medida em que a DPDF sustenta que, por força da EC nº 80/14, estaria “apartada da regulamentação constitucional das demais carreiras integrantes do sistema constitucional de ‘Funções Essenciais a Justiça’ (capítulo IV da CF/88)”, e, portanto, “que a remuneração dos membros integrantes da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL não está adstrita à forma de subsídio mensal, ao menos por conta de comando constitucional em sentido estrito”.*

21. *De qualquer sorte, entende-se que, no presente caso, em consonância com o disposto no art. 507 do atual CPC¹⁰, operou-se a preclusão, uma vez que, como visto, a questão recorrida já fora suficientemente debatida e decidida no Processo nº 11814/2014 (conf. o item VIII da Decisão nº 5.590/2015, mantido após recurso pela Decisão nº 4.211/2016 e ratificado, em sua essência, pela recente Decisão nº 3.957/2018), não se justificando agora rediscuti-la nestes autos por força de contestação de deliberação plenária exarada **em sede de reiteração**.*

22. *Atente-se, ainda, que eventual reexame da mesma matéria neste feito implicaria risco de ofensa ao princípio do juiz (relator) natural, assim como possível prejuízo à equalização do entendimento de mérito.*

23. *De mais a mais, não há qualquer excepcionalidade no caso sub examine a alterar o entendimento consolidado nesta Casa, nos termos das sobreditas decisões plenárias, de que se trata de atender a mandamento constitucional, por força do art. 135 (na redação dada pela EC nº 19/98), c/c o art. 39, § 4º, da CRFB, bem como pela leitura do disposto no art. 134, § 4º, alterado por aquela EC 80/14, pela qual foram conferidas à Defensoria Pública as prerrogativas da Magistratura (incluindo a remuneração por meio de subsídio). E como bem afirmou a respeito o i. Conselheiro Renato Rainha, ao oficial na relatoria da representação exordial destes autos¹¹: “(...) entendo que se encontra configurada a omissão legislativa, a ser eliminada com a celeridade que o caso requer, de forma a dar efetividade ao mandamento constitucional contido no art. 135 da Carta da República. (...)”*

24. *Nesse contexto, ao passo de não se olvidar, igualmente, no presente tópico, do clássico brocardo jurídico “ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositivo” (onde existe a mesma razão fundamental, deve prevalecer a mesma regra de direito), conclui-se que encontra óbice intransponível a pretensão aviada pela DPDF de que seja agora novamente revolvida a demanda referente à necessidade de implementação do subsídio em parcela única como forma de remuneração dos defensores públicos distritais, mercê de pedido de reexame contra deliberação que apenas a reiterou nestes autos (item V da Decisão nº 1.483/2018), diante do*

⁹ “O Tribunal decidiu: **A) por unanimidade**, de acordo com o voto do Relator: (...) V – tendo em conta o disposto no item VIII da nº Decisão 5590/2015 e o item V da Decisão nº 1483/2018, reiterar ao Senhor Governador do Distrito Federal e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal a imperiosa necessidade de ser encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei visando ajustar o sistema de retribuição das Carreiras Procurador do Distrito Federal e Assistência Judiciária do Distrito Federal (essa em extinção) ao disposto do art. 39, § 4º, c/c o art. 135, da Constituição Federal (subsídio); VI – determinar à titular da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a esta Corte as providências adotadas para dar efetividade ao disposto no item anterior; (...)”

¹⁰ Lei nº 13.105/15 - Art. 507. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.

¹¹ Nos termos do voto apresentado sob o e-DOC 54325AD6-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

esgotamento da discussão sobre a matéria no bojo do Processo nº 11814/2014.

(...)

29. *A recomendação contra a qual recorre a DPDF, constante do item IV da Decisão nº 1.483/2018, tem o seguinte teor:*

*“(...) IV – considerando que a pretensão do representante já foi objeto de apreciação por este Tribunal (Decisão nº 6.127/16), **reiterar recomendação à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF** para que continue se abstendo de promover qualquer aumento no subsídio/remuneração dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais, salvo se sobrevier dispositivo legal, em sentido estrito, que estabelecer o percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF e que a instituição esteja abaixo do seu limite prudencial, à luz do que dispõe o art. 16 e o art. 17 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como os arts. 37, X, e 169, § 1º, II, da Constituição Federal de 1988; (...)”*

30. *Oportuno de novo ressaltar que, por ocasião da admissibilidade do presente recurso, destacou-se que o disposto na supratranscrita deliberação tratava-se de **reiteração** de comando originalmente consubstanciado no **item IV da Decisão nº 6.127/2016**, proferida no Processo nº 4505/2016¹², de seguinte teor:*

“(...) IV – esclarecer ao representante que, enquanto o Poder Executivo local se encontrar acima do limite prudencial especificado na Lei de Responsabilidade Fiscal, não poderá a instituição promover o aumento de remuneração/subsídios dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais especificados no item III acima mencionado, salvo se sobrevier dispositivo legal que estabeleça o percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF e que a instituição esteja abaixo do seu limite prudencial; (...)”

31. *Saliente-se, de plano, que essa recomendação não foi objeto de tempestivo pedido de reexame pelo órgão ao qual se destinava, no caso, a DPDF, entidade representante naquele processo (e recorrente neste).*

32. *Aquela deliberação **trazia duas ressalvas** em relação à impossibilidade de a DPDF promover aumento de remuneração/subsídios para seus servidores, ainda que observados os preceitos constitucionais e legais aplicáveis à hipótese, sobretudo o contido nos arts. 37, X, e 169 da CF/88 e nos arts. 16 e 17 da LRF (pelo que deflui do item III do mesmo decisum): (i) uma vinculada à necessidade de se observar que tal restrição seria “enquanto o Poder Executivo local se encontrar acima do limite prudencial especificado na Lei de Responsabilidade Fiscal”; (ii) outra condicionando à existência de novel dispositivo legal que estabelecesse percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal daquele órgão.*

33. *Por sua vez, na recomendação reiterada pela Decisão nº 1.483/2018, advinda, presume-se, sob aparente situação de normalidade das contas públicas naquele momento, manteve-se tal restrição condicionada*

¹² Representação da Defensoria Pública do DF em razão de a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF não ter permitido a realização de ajustes no Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, com vistas à alteração da carga horária de trabalho dos servidores daquele órgão e consequente reajustamento remuneratório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

apenas à definição de percentual particularizado (à DPDF) para despesas com pessoal e observância ao respectivo limite prudencial.

34. *Justificava-se assim renová-la nestes autos, porque o cerne da pretensão¹³ do autor da representação exordial - com viés de aumento de despesa, caso prosperasse - já havia sido apreciado e decidido no Processo nº 4505/2016, em sentido refratário, a teor do item IV da Decisão nº 6.127/2016, conforme pontuado por esta unidade técnica¹⁴. Na ocasião, contudo, não se imiscuiu sobre os fundamentos de validade da recomendação que se propunha reiterar, tampouco fora suscitada inovação jurídica e/ou legislativa que lhe pudesse afetar a essência, a revelar, portanto, que não houve revolvimento da quaestio juris originalmente tratada naquele feito.*

35. *Nesse quadro, depara-se com situação incomum nestes autos, em cujo bojo não se encontram devidamente evidenciados e sopesados os verdadeiros fundamentos de validade da recomendação reiterada, mas em face dos quais, no fundo, a DPDF interpõe o presente recurso.*

36. *Novamente, sobrelevando neste ponto a previsão legal¹⁵ que assegura a impossibilidade de se rediscutir questões já definitivamente decididas, impõe-se observar que o comando emergente da recomendação constante do item IV da Decisão nº 6.127/2016, aqui apenas reiterada, adquiriu autoridade de coisa julgada, a impedir que a questão de direito então exaurida naquele momento seja reexaminada e decidida no mesmo processo ou em outro, pelo mesmo ou outro órgão julgador (aplicação do princípio do juiz natural).*

37. *Desse modo, como o item decisório ora recorrido comporta, na essência, matéria suficientemente debatida, decidida e superada no Processo nº 4505/2016, configurando-se, assim, preclusa, inconcebível que seja agora reapreciada nos presentes autos, sob pena de vulnerar a segurança e a estabilidade dos atos processuais.*

38. *Em todo caso, ad argumentandum tantum, e por amor ao debate, na hipótese de não ser este o entendimento a ser seguido, cabe tecer considerações adicionais para subsidiar eventual enfrentamento dos argumentos recursais ora deduzidos pela DPDF.*

39. *A recomendação original consagrada na Decisão nº 6.127/2016 - a cujos fundamentos, assim entendemos, cabe dedicar atenção em eventual exame do mérito recursal - decorra de estudo realizado pelo Núcleo de Acompanhamento da Gestão Fiscal da Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública – NAGF/SEMAG/TCDF no bojo do citado Processo nº 4505/2016, destinado a avaliar os impactos de ordem financeira e orçamentária decorrentes de normativo editado por aquele órgão autônomo (Portaria-DPDF nº 14/2016), bem como sua aderência às normas legais/constitucionais pertinentes (em especial, a LRF)¹⁶.*

40. *Registre-se que, embora autorizada a realização desse estudo em conjunto com a Sefipe, ficou a cargo desta analisar, exclusivamente, a validade jurídica daquele normativo, cabendo à Semag, a seu turno, avaliar sua eficácia (porquanto trazia hipótese de geração/aumento de despesa de pessoal) em face das exigências orçamentárias e financeiras*

¹³ Voltada a obter deste Tribunal deliberação que obrigasse a SEPLAG a disponibilizar à Defensoria Pública do DF, em face de sua autonomia funcional e administrativa, pleno acesso ao SIGRH, permitindo-lhe operacionalizar sua gestão de recursos humanos de forma independente.

¹⁴ Ex vi a Informação registrada sob o e-DOC A2999083.

¹⁵ Previsão contida no art. 507 do CPC, que se refere à eficácia preclusiva da coisa julgada.

¹⁶ Estudo consubstanciado na Informação nº 18/2016-NAGF/SEMAG (e-DOC 2BAA69FC).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

contidas nos arts. 16 e 17 da LRF, de outros dispositivos constitucionais e legais correlatos e da jurisprudência do e. STF.

41. *Compulsando as manifestações que antecederam a consolidada Decisão nº 6.127/2016, última naqueles autos, verifica-se que os fundamentos da recomendação restritiva endereçada à DPDF, no sentido de se abster de promover qualquer aumento no subsídio/remuneração de seus servidores, estariam consagrados em percuciente parecer¹⁷ da lavra do d. Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, em tópico intitulado “A autonomia administrativa e financeira da DPDF e a Lei de Responsabilidade Fiscal”, cuja conclusão vem assim formulada:*

*“50. Por esse motivo, malgrado **reconheça** e **enalteça** a autonomia administrativa e financeira da DPDF, este **MPC/DF** considera **prudente** e **razoável** que aquela instituição, abstraída a legalidade da Portaria nº 14/2016, se **abstenha**, ao menos nesse momento em que o Poder Executivo se encontra acima do limite prudencial no tocante às despesas com pessoal, de promover a ampliação do regime de trabalho dos Defensores Públicos e, conseqüentemente, de sua remuneração/subsídio.*

*51. Quando o Poder Executivo retornar à situação de normalidade das contas públicas, isto é, abaixo do **limite prudencial**, as medidas buscadas pela DPDF, destinadas à implementação de **parcela de sua autonomia administrativa e financeira que ainda pende de regulação legislativa, deverão**, até que seja alterado do [sic] art. 20 da LC nº 101/2000, **ser prontamente executadas**, desde que observados os preceitos constitucionais e legais aplicáveis, sobretudo o contido nos arts. 37, X e 169 da CF/1988 e nos arts. 16 e 17 da LRF, mitigando-se os efeitos indesejáveis da omissão legislativa quanto ao percentual da receita corrente líquida destinado à Defensoria para as despesas com gastos de pessoal.” (grifos do original)*

42. *Com esteio no juízo então formulado, o nobre parecerista sugeriu ao e. Plenário que: “(...) III. **esclareça** ao Representante que, enquanto o Poder Executivo local se encontrar acima do **limite prudencial** especificado na Lei de Responsabilidade Fiscal, não poderá a instituição promover o aumento de remuneração/subsídios dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais especificados no item II acima mencionado, **salvo** se sobrevier dispositivo legal que **estabeleça o percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF** e que a instituição esteja **abaixo do seu limite prudencial**.”*

43. *Depreende-se dessa proposição ministerial, encampada, ao final, sem adendo ou reparo, pelo e. Plenário, que a Defensoria Pública, não fosse a situação fiscal precária em que então se encontrava o GDF no tocante a suas despesas com pessoal, poderia, ao menos em tese, até que fosse devidamente regulado o limite próprio com despesas de pessoal, praticar todos os atos compreendidos no âmbito de sua autonomia administrativa e financeira, desde que obedecidos os requisitos legais/constitucionais de regência da hipótese. Tal compreensão, na visão deste órgão, encontra-se secundada no seguinte excerto do aludido parecer:*

¹⁷ Parecer nº 537/2016-ML (e-DOC 711E1471), cujos fundamentos foram repisados no Parecer nº 944/2016-ML (e-DOC D3A30B92).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

“22. Insta destacar que a **autonomia administrativa** autoriza a DPDF a promover a sua auto-organização, ordenar suas unidades de atuação, praticar atos de gestão, decidir sobre a situação funcional dos seus servidores, formular, ao Legislativo local, proposta conducente à criação ou à extinção dos seus serviços instrumentais, à instituição da política remuneratória dos seus servidores e à criação de planos de carreira do seu pessoal, desde que observadas, entre outras, as normas insertas nos arts. 37, X, e 169, **caput** e §§, da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 101/2000.

23. A **autonomia financeira**, por sua vez, confere à instituição a iniciativa de elaboração de sua proposta orçamentária **dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias** e em conformidade com o disposto no art. 99, § 2º, da CF/1988.

24. Vale lembrar que a iniciativa **legislativa** do orçamento não é da DPDF, pois o órgão se submete às normas veiculadas pelo art. 99, § 2º, da Constituição Federal, que evidenciam que a proposta, por ele elaborada, é entregue ao Poder Executivo local, encarregando-se este último de integrá-la ao orçamento geral do Distrito Federal.

25. **Reforço** que autonomia administrativa acima mencionada **não deve ser vista de maneira isolada em relação ao ordenamento jurídico**. Qualquer ente que possua autonomia administrativa está jungido a obedecer aos preceitos de **responsabilidade fiscal**, cujo **alicerce** se encontra na Lei Maior, sobretudo nos arts. 167 e 169.

26. Tratando especificamente da LRF, tem-se como certo que a **mens legis** e a **mens legislatoris** sustentam-se no paradigma irrenunciável do **equilíbrio das contas públicas**, materializado em diversos mecanismos de controle das despesas previstos no texto legal. Logo, para cumprimento desse mister, o agir dos **entes públicos** deve estar **sempre condicionado ao equacionamento das contas públicas**, a partir da realização das medidas previstas em lei que promovam o seu equilíbrio.

27. Isso posto, vale ressaltar que os gastos com pessoal, considerados em sua totalidade, precisam ajustar-se ao disciplinado pelo art. 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, e não podem ultrapassar, no âmbito do Distrito Federal, conforme determinado **explicitamente** na LRF, o limite de **3%** (três por cento) da sua receita corrente líquida para o Poder Legislativo, que inclui o c. **Tribunal de Contas do DF**, e **49%** (quarenta e nove por cento) para o Poder Executivo. **Silente a LRF quanto ao percentual a ser destinado à Defensoria Pública**, provavelmente em razão de, quando de sua sanção, não possuir a Defensoria a necessária autonomia, inserta no texto constitucional por meio da EC nº 45/2004 e reforçada na EC 74/2013.

28. Logo, em que pese o **MPC/DF** corrobore com o entendimento de que a autonomia administrativa e financeira da DPDF lhe confira certa “liberdade” orçamentária, no presente momento, o órgão encontra-se em uma situação **sui generis**, pois **não possui explicitamente na LRF limite de dispêndio com pessoal**. Contudo, **essa circunstância não pode conduzir à interpretação de que não deverá a instituição observar os rigorosos preceitos de equilíbrio das contas**, sob pena de se negligenciar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

*dois dos pilares da República, isto é, a **Separação dos Poderes e a Responsabilidade Fiscal**.*

29. *Insta lembrar que o orçamento geral do DF, nos termos em que se encontra atualmente, impede que a DPDF se coloque à margem de qualquer limitação no que se refere às despesas com pessoal. Isso porque, conforme decidido pelo c. **Plenário** na r. Decisão nº 1.407/2016, “até advento de diploma legal contemplando fixação de novos limites de comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesas de pessoal a que alude o art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a elaboração da proposta orçamentária e, em consequência, o respectivo limite de gastos com pessoal deve estar adstrito aos limites definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício financeiro, consoante disposições dos §§ 2º e 3º do art. 134 da Constituição Federal, do art. 2º da Emenda Constitucional n.º 69/2012, do § 1º do art. 114 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dos arts. 9º e 10 da Lei Complementar n.º 828/2010, com a redação conferida pela Lei Complementar distrital n.º 908/2016”.*

30. *Dessa forma, até que seja devidamente regulado o limite com despesas de pessoal da DPDF, a instituição, **ao menos em tese**, poderá praticar todos os atos compreendidos nas suas autonomias administrativa e financeira, desde que obedecidas a LDO, a LOA, a LRF, a LODF e a CF/1988.*

31. *Sem embargo, diante da **inexistência** de referencial legislativo que determine qual o percentual da receita corrente líquida será destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF, consoante a exigência do art. 169, **caput**, da CF/1988, há o **risco** de que, sem a inclusão da instituição dentro do limite destinado ao Poder Executivo, como já é feito desde o início da vigência da LC nº 101/2000, o postulado do equilíbrio das contas públicas sofra severo abalo.” (grifos mantidos)*

44. *Nesse diapasão, examinando com minudente cuidado o texto da deliberação aqui recorrida, expressa sem a ressalva “enquanto o Poder Executivo local se encontrar acima do limite prudencial especificado na Lei de Responsabilidade Fiscal”, é possível distinguir tênue alteração de sentido em relação àquela originalmente apresentada, mas suficiente a obstaculizar, de certa forma, a autonomia administrativa e financeira outorgada constitucionalmente à DPDF. Isso porque, com a exclusão daquela ressalva da recomendação original, ter-se-ia estabelecido maior restrição àquele órgão no que tange a eventual pretensão de formular proposta orçamentária passível de gerar aumento de despesas de pessoal em seu âmbito, na medida em que, para tanto, estaria condicionado, exclusivamente, à definição de percentual individualizado para limite de despesa com pessoal, ainda que atendidos os requisitos legais/constitucionais exigidos na espécie, o que não parece estar consagrado no comando restritivo originário.*

45. *Sob tal prisma, em que pese a compreensão alhures lançada no sentido de ser inconcebível reapreciar nestes autos questões definitivamente decididas em outro feito, convém propor ao Tribunal que, escudado no princípio da oficialidade¹⁸, delibere pela exclusão do item IV*

¹⁸ “O princípio da oficialidade autoriza a Administração a requerer diligências, investigar fatos de que toma conhecimento no curso do processo, solicitar pareceres, laudos e informações, **bem como rever os próprios atos** e praticar tudo o que for necessário à apuração dos fatos e à correta aplicação da lei. **A oficialidade está presente:** (1) no poder de iniciativa para instaurar o processo; (II) na instrução do processo; e (III) na **revisão de suas decisões**.” (g.n.)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

da Decisão nº 1.483/2018, ora recorrido, devido à sua aparente ambiguidade em relação ao consubstanciado no item IV da Decisão nº 6.127/2016, a cujos fundamentos, entre outras deliberações anteriores desta Corte sobre a matéria, deverá permanecer obrigada a observar a DPDF.”

7. Ao final de seu exame, o Corpo Instrutivo sugeriu ao e. Plenário os seguintes encaminhamentos:

“I – negar provimento ao pedido de reexame interposto pela Defensoria Pública do Distrito Federal contra os itens IV e V da Decisão nº 1.483/2018, aqui proferidos em sede de reiteração, considerando que as questões de direito neles compreendidas já foram devidamente debatidas, decididas e superadas em outros feitos (conforme, respectivamente, o item IV da Decisão nº 6.127/2016 – Processo nº 4505/2016; e o item VIII da Decisão nº 5.590/2015, mantido após recurso pela Decisão nº 4.211/2016 e ratificado, em sua essência, pela recente Decisão nº 3.957/2018 - Processo nº 11814/2014);

II – com esteio no princípio da oficialidade, suprimir o comando constante do item IV da Decisão nº 1.483/2018, sem prejuízo de esclarecer ao órgão destinatário que persiste obrigado a observar deliberações anteriores desta Corte sobre a matéria ali tratada, com especial ênfase ao disposto no item IV da Decisão nº 6.127/2016;

III – dar ciência da deliberação que vier a ser proferida à entidade recorrente; e

IV – autorizar o arquivamento dos autos.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

8. O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer nº 850/2018-ML (e-DOC 76CA72DA-e), apresenta entendimento, na essência, convergente, com ajuste para aquele apresentado pela Unidade Técnica, conforme se verifica no seguinte excerto, *in verbis*:

“(…)

*33. Por sua vez, entendo caracterizada a **necessidade de reforma** do r. **Decisum** recorrido, na linha defendida pelo Copo Técnico em sua instrução técnica. Explico.*

34. Para uma melhor compreensão da situação apontada pela SEFIPE, transcrevo abaixo os termos das rr. Decisões aqui tratadas:

Item IV da r. Decisão nº 6.127/2016 (Processo nº 4.505/2016)	Item IV da r. Decisão nº 1.483/2018 (recorrido nos presentes autos)
---	---



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

<p>IV – esclarecer ao representante que, <u>enquanto o Poder Executivo local se encontrar acima do limite prudencial especificado na Lei de Responsabilidade Fiscal</u>, não poderá a instituição promover o aumento de remuneração/subsídios dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais especificados no item III acima mencionado, <u>salvo se sobrevier dispositivo legal que estabeleça o percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF e que a instituição esteja abaixo do seu limite prudencial</u>;</p>	<p>IV – considerando que a pretensão do representante já foi objeto de apreciação por este Tribunal (Decisão nº 6.127/16), reiterar recomendação à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF para que continue se abstendo de promover qualquer aumento no subsídio/remuneração dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais, <u>salvo se sobrevier dispositivo legal, em sentido estrito, que estabelecer o percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF e que a instituição esteja abaixo do seu limite prudencial</u>, à luz do que dispõe o art. 16 e o art. 17 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como os arts. 37, X, e 169, § 1º, II, da Constituição Federal de 1988;</p>
--	---

35. Examinando minuciosamente os textos de ambas as deliberações, é possível identificar uma **sutil** diferença de sentido entre os itens. Da leitura do item IV da r. Decisão nº 6.127/2016, infere-se que foi determinada à DPDF que se **abstivesse** de promover qualquer aumento de remuneração de seus servidores, enquanto perdurasse situação em que o Poder Executivo se encontrasse acima do limite prudencial no tocante às despesas com pessoal estabelecido na LRF.

36. Ou seja, na hipótese de o Poder Executivo retornar à situação de normalidade das contas públicas, isto é, **abaixo do limite prudencial**, as medidas buscadas pela DPDF, destinadas à implementação de parcela de sua autonomia administrativa e financeira que ainda pende de regulação legislativa, deverão, até que seja alterado do art. 20 da LC nº 101/2000, **ser prontamente executadas**, desde que observados os preceitos constitucionais e legais aplicáveis, sobretudo o contido nos arts. 37, X e 169 da CF/1988 e nos arts. 16 e 17 da LRF, **mitigando-se os efeitos indesejáveis da omissão legislativa quanto ao percentual da receita corrente líquida destinado à Defensoria para as despesas com gastos de pessoal**¹⁹.

37. Por outro lado, nota-se que os termos do item recorrido neste feito foram deliberados sem a ressalva expressa de “enquanto o Poder Executivo local se encontrar acima do limite prudencial especificado na Lei de Responsabilidade Fiscal”, fato que pode, no entendimento do Corpo Técnico, condicionar a DPDF a uma maior restrição no que tange à um eventual aumento de despesas com pessoal.

38. Assim, deve-se dar **provimento parcial** ao recurso, apenas para esclarecer o conteúdo do item IV da r. Decisão nº 1.483/2018, na linha deliberada na r. Decisão nº 6.127/2016.

¹⁹ Entendimento consolidado por esta Quarta Procuradoria no bojo do Processo nº 4.505/2016-e (Parecer nº 537/2016-ML).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

(...)

*Ante o exposto, o **Ministério Público de Contas**, malgrado **convirja, na essência**, com a análise feita pelo percuente Corpo Técnico, opina pelo **provimento parcial** do apelo.”*

9. É o breve relato.

VOTO

10. Tratam os autos de representação formulada por HENRIQUE SILVA MARQUES, ocupante de cargo em comissão na DPDF, que noticia a existência de supostas irregularidades no pagamento da jornada de trabalho dos Defensores Públicos do Distrito Federal ocupantes de cargos comissionados (e-DOC A8C6E49C-c e e-DOC 7017FCD3-c).

11. Nesta etapa processual, examina-se o mérito do Pedido de Reexame apresentado pela DPDF (e-DOC 02B70516-e), em face da Decisão nº 1.483/2018, que, em síntese:

(i) recomenda a DPDF a se abster de promover qualquer aumento no subsídio/remuneração dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais, salvo se sobrevier dispositivo legal, em sentido estrito, que estabeleça o percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF e que a instituição esteja abaixo do seu limite prudencial; e

(ii) encaminhe à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF projeto de lei visando ajustar o sistema remuneratório da Carreira de Defensor Público do Distrito Federal ao sistema de remuneração por subsídio.

12. Na essência, a DPDF, a respeito da recomendação de adoção do regime de pagamento de subsídio mensal, alega que o artigo 37, inciso XI²⁰, da

²⁰ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e Os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Grifei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

CF admite a adoção ora do sistema de remuneração mensal, ora do sistema do subsídio mensal, sendo esse último sistema de adoção obrigatória para determinadas carreiras de agentes públicos, mas, facultativa por outras carreiras jurídicas.

13. Ademais, segundo a DPDF, o termo “limite” mencionado no dispositivo constitucional diz respeito somente ao pagamento mensal em seu patamar máximo, é o que se aplica no referido regramento ao “Ministério Público”, aos “Procuradores e aos Defensores Públicos”, sendo irrelevante a forma adotada: ou por subsídio ou por remuneração.

14. Outrossim, segue argumentando que a Defensoria Pública teve sua regulamentação constitucional alterada (artigo 135 da CF) pela Emenda Constitucional nº 80/14, a qual instituiu uma sessão própria para a carreira, a Sessão IV, apartada da regulamentação constitucional das demais carreiras integrantes do sistema constitucional de “Funções Essenciais à Justiça” (Capítulo IV da CF/88), não estando a Sessão IV abrangida pela regra inserida no artigo 135 da Constituição Federal, que impõe remuneração exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.

15. No tocante à recomendação de abstenção de reajuste de valores em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a DPDF defende que, ao analisar as regras infraconstitucionais acerca da geração de despesa pública previstas na Lei Complementar nº 101/2000, verifica-se omissão legislativa em relação à regulamentação de despesas das Defensorias Públicas, isso porque a edição da mencionada lei complementar antecede o advento das Emendas Constitucionais nºs 45/04, 74/13 e 80/14, que deferiram as Defensorias Públicas autonomia funcional e administrativa, bem como iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

16. Assim, entende que a ocorrência do hiato legislativo infraconstitucional não autoriza o congelamento das despesas de manutenção, custeio e investimento do órgão, mormente a recomendação de abstenção de concessão de vantagens ou reajustes, porque inexistente autorizativo legal nesse sentido.

17. De mais a mais, alega que a recomendação exarada pelo e. TCDF fere a regra de revisão geral anual garantida pela CF/88, em seu artigo 37, inciso X, bem assim atenta contra a autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública, em malferimento ao artigo 134, parágrafos segundo e terceiro da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

18. Segundo o entendimento da DPDF, tal recomendação também macula regras constitucionais de competência legislativa e de pacto federativo (competências entre as unidades federativas), uma vez que condicionam pagamento de verbas de natureza local, criadas por legislação local, a alteração de legislação complementar federal, sendo que nem a DPDF, tampouco o Governador do Distrito Federal são legitimados para propor alteração legislativa na Lei Complementar nº 101/2000, a teor do que dispõe expressamente o artigo 24, II, da CF.

19. Além do mais, pondera que o e. TCDF na Decisão nº 1.407/2016 teria adotado posicionamento oposto ao da recomendação que aqui se busca reexaminar, se manifestando, inclusive, no sentido ora defendido de que cabe ao legislador pátrio federal alterar as regras da LC nº 101/2000, para incluir as defensorias nos limites de repartição.

20. Assim, conclui que em razão da não adequação da LC nº 101/2000 frente as alterações constitucionais originadas pelas Emendas nºs 45/04, 74/13 e 80/14 não existem, até o presente momento, balizas orçamentárias acerca das Defensorias Públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo-se alterar, via processo legislativo de competência federal, as normas previstas na alínea “a” inciso III, §3º do artigo 10, do referido diploma legal.

21. Ao manifestar-se no feito, o Corpo Técnico opina pelo desprovidimento do recurso apresentado com base em precedentes desta e. Corte de Contas: Decisões nºs 5.590/2015, 4.211/2016 e 3.957/2018 proferidas no Processo nº 11.814/2014; e Decisão nº 6.127/2016 lançada no Processo nº 4.505/2016.

22. Nesse sentido, no tocante à adoção do regime de pagamento de subsídio mensal, o posicionamento do Corpo Técnico é de que o poder constituinte derivado, por intermédio da Emenda Constitucional nº 80/14, alterou o “Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça”, acrescentando uma nova seção, de modo a desmembrar a Seção III, até então denominada “Da Advocacia e da Defensoria Pública”, destinando uma nova seção - Seção IV - à defensoria pública, sem, contudo, efetuar o ajuste correspondente no artigo 135 da CF.

23. Por conseguinte, a Seção III restou exclusivamente destinada à advocacia (no caso, privada) e a Seção IV à defensoria pública, gerando mera incorreção legislativa que não teria o poder de macular a norma e que em nada afastaria a aplicação do artigo 135 da CF à Advocacia Pública e à Defensoria Pública.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

24. Outrossim, o Corpo Técnico, ao examinar os argumentos apresentados pela Defensoria Pública referentes à recomendação de abstenção de reajuste de valores em atenção a Lei de Responsabilidade Fiscal, propõe ao e. Tribunal a exclusão do item IV da Decisão nº 1.483/2018, ora recorrido, devido à sua aparente ambiguidade em relação ao consubstanciado no item IV da Decisão nº 6.127/2016, a cujos fundamentos, entre outras deliberações anteriores desta Corte sobre a matéria, deverá permanecer obrigada a observar a DPDF.

25. Por sua vez, o *Parquet* especializado, mediante o Parecer nº 1.125/2017-CF (e-DOC 76CA72DA-e), acompanha a sugestão de encaminhamento alvitadas pela Unidade Técnica no sentido de que os Defensores Públicos do Distrito Federal devem ser remunerados por meio de subsídio, por considerar que essa matéria já foi devidamente decidida pelo c. Tribunal em processo de auditoria próprio, consoante consta do item VIII da Decisão nº 5.590/2015 (Processo nº 11.814/2014).

26. Outrossim, os argumentos recursais apresentados pela DPDF no sentido de se ver reconhecida a inaplicabilidade da limitação de concessão de vantagens ou reajuste de qualquer espécie para os servidores da carreira-fim ou da carreira de apoio enquanto não sobrevenha alteração na LRF, em nada alteram o entendimento já consolidado pelo *Parquet* sobre o assunto, proferido não só nestes autos eletrônicos, mas também em outros feitos que tramitaram neste c. TCDF (Processo nº 4.505/2016-e, nº 16.390/2015-e).

27. Não obstante, propõe ao e. Tribunal apenas esclarecer o conteúdo do item IV da Decisão nº 1.483/2018, na linha deliberada na Decisão nº 6.127/2016, com o fito de evitar possível ambiguidade na interpretação do r. *Decisum* ora recorrido, cujos fundamentos já se encontram solidificados em deliberações anteriores desta c. Corte.

28. Ao compulsar os autos, **sublinho que possuo entendimento convergente às manifestações consignadas pela Instrução e pelo *Parquet***, as quais adoto como razões de decidir.

29. Como bem salientado na instrução do Corpo Técnico e no parecer do Ministério Público de Contas, a matéria não é nova nesta Corte de Contas tendo sido apreciada em mais de uma oportunidade pelo e. Plenário, conforme se demonstrará a seguir.

30. O primeiro tema objeto do Pedido de Reexame, que versa sobre recomendação à DPDF de se abster de promover qualquer aumento no subsídio/remuneração dos Defensores Públicos e de seus servidores, já foi devidamente examinada por esta e. Corte de Contas no Processo nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

11.814/2014, cujo objeto é auditoria de regularidade realizada em 2014, na área de pessoal da PGDF e da DPDF, compreendendo os períodos de dezembro/2009 a dezembro/2013 (PGDF) e de maio/2009 a dezembro/2013 (DPDF).

31. Naquele feito, o ilustre relator, Conselheiro Paulo Tadeu, apresentou os motivos pelos quais os Defensores Públicos devem ser remunerados por subsídio, a saber:

✓ parece ter havido falha na EC nº 80/2014, ao não modificar a redação dada pelo artigo 135 da Constituição Federal, que se mantém com a redação dada pela EC nº 20/98. Isso porque a antiga Seção III (Da Advocacia e da Defensoria Pública) do Capítulo IV (Das Funções Essenciais à Justiça) da Constituição Federal foi desmembrada em Seções III (Da Advocacia) e IV (Da Defensoria Pública) sem que se observasse o reflexo disso no artigo 135. Reforça esse argumento o fato de a própria EC nº 80/2014 ter incluído o § 4º do artigo 134 da CF, assegurando, no que couber, a aplicação das regras inseridas no artigo 93 da Lei Maior, entre as quais está a de perceber remuneração por meio de subsídio (inciso V);

✓ a EC nº 80/2014 aproximou ainda mais as Defensorias Públicas da Magistratura e do Ministério Público, não parecendo razoável que haja distinção na forma de remuneração de seus membros. Talvez por isso, as edições atualizadas das obras dos principais administrativistas do país mantêm, sem maiores questionamentos a respeito, o posicionamento de que devem ser remuneradas por subsídios, entre outros, as Defensorias Públicas. Cite-se, como exemplo, a obra “Curso de Direito Administrativo”, do renomado professor Celso Antônio Bandeira de Mello, 33ª Edição, p. 283, *in verbis*: “33. Remunerar-se-ão por subsídio (...) Além destes agentes, por força do art. 135: (...) (16) [os membros] da Defensoria Pública.”;

✓ a melhor doutrina constitucionalista segue o mesmo caminho, consoante se pode notar deste trecho a seguir, que foi retirado da obra “Curso de Direito Constitucional Positivo”, 40ª Edição, p. 693, do Professor José Afonso da Silva: “O subsídio é obrigatório ou facultativo. É obrigatório para detentores de mandato eletivo federal, estadual e municipal (...) Defensores Públicos (...)”.

32. Por conseguinte, na Sessão Ordinária nº 5.062, de **14.8.2018**, o e. Tribunal, por unanimidade, de acordo com o mencionado voto do Relator, prolatou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

a Decisão nº 3.957/2018 (Processo nº 11.814/2014) que, entre outras deliberações, apresentava o seguinte item:

*“V – tendo em conta o disposto no item VIII da Decisão 5.590/2015 e o item V da Decisão 1483/2018, reiterar ao Senhor Governador do Distrito Federal e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal a **imperiosa necessidade de ser encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei visando ajustar o sistema de retribuição das Carreiras Procurador do Distrito Federal e Assistência Judiciária do Distrito Federal (essa em extinção) ao disposto do art. 39, § 4º, c/c o art. 135, da Constituição Federal (subsídio);**”*

(Grifei).

33. O segundo ponto questionado no Pedido de Reexame trata de recomendação para a DPDF se abster de promover qualquer aumento no subsídio/remuneração dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais, salvo se sobrevier dispositivo legal, em sentido estrito, que estabeleça o percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF e que a instituição esteja abaixo do seu limite prudencial.

34. De igual modo, cuida-se de matéria já enfrentada por esta e. Corte de Contas em mais de uma oportunidade, consoante demonstram as seguintes decisões, *in verbis*:

DECISÃO Nº 5.610/2016 ²¹

O Tribunal, **por unanimidade**, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II – dar parcial provimento ao recurso interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal para **reconhecer que as despesas de pessoal da DPDF estão inseridas no percentual destinado ao Poder Executivo local, até que sobrevenha norma alterando a LRF com a fixação de percentual da RCL específico para as Defensorias Públicas;** (...).

DECISÃO Nº 6.127/2016 ²²

O Tribunal, **por unanimidade**, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III – determinar à DPDF que se abstenha de proceder a qualquer ato administrativo tendo por base a Portaria n.º 14/2016-DPDF, tendo em vista a flagrante violação ao contido nos artigos 16 e 17 da LC n.º 101/2000, bem como aos artigos 37, X, e 169, § 1º, II, da Constituição Federal; IV – esclarecer ao representante que, **enquanto o Poder Executivo local se encontrar acima do limite prudencial especificado na Lei de Responsabilidade Fiscal, não poderá a instituição promover o aumento de remuneração/subsídios dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais especificados no item III acima mencionado, salvo se sobrevier dispositivo legal que estabeleça o percentual da receita corrente líquida destinado às**

²¹ Processo nº 16.390/2015.

²² Processo nº 4.505/2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

despesas com gastos de pessoal da DPDF e que a instituição esteja abaixo do seu limite prudencial; (...).

(Grifei).

35. Desse modo, com base nas mencionadas decisões transcritas, posiciono-me em harmonia para o que propôs a Unidade Técnica e o *Parquet* especial, cujas manifestações utilizo também como razões de decidir, **pelo não provimento do Pedido de Reexame interposto** pela Defensoria Pública do Distrito Federal em face dos itens IV, V e VI da Decisão nº 1.483/2018.

36. Por fim, no tocante à aparente ambiguidade do item IV da Decisão nº 1.483/2018, ora recorrido, em relação ao consubstanciado no item IV da Decisão nº 6.127/2016, o Corpo Técnico propõe, com base no princípio da oficialidade, a supressão desse item, esclarecendo que persiste a obrigação de observar o disposto nesta última decisão, enquanto o *Parquet* sugere dar provimento parcial ao recurso, apenas para esclarecer o conteúdo do item em questão, na linha deliberada na Decisão nº 6.127/2016.

37. Ao examinar a questão, verifico que o teor do item IV da Decisão nº 1.483/2018²³ demonstra claramente que o objeto dos presentes autos foi apreciado por este Tribunal quando proferida a Decisão nº 6.127/2016, motivo pelo qual o próprio comando do item IV dispõe que se cuida de reiteração, vinculando expressamente o teor do item à Decisão 6.127/2016, logo não há que se falar em ambiguidade entre as decisões mencionadas, ao contrário, o item IV da Decisão nº 1.483/2018 ancora-se na Decisão nº 6.127/2016, sendo por esta complementada e esclarecida.

38. Ante o exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. negue provimento ao Pedido de Reexame interposto pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF em face dos itens IV, V e VI da Decisão nº 1.483/2018, com base no entendimento já consolidado nesta e. Corte de Contas na Decisão nº 3.957/2018 (Processo nº 11.814/2014), bem assim na Decisão nº 6.127/2016 (Processo nº 4.505/2016);

II. dê conhecimento à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF do teor da decisão que vier a ser adotada;

²³ “IV – considerando que a pretensão do representante já foi objeto de apreciação por este Tribunal (Decisão nº 6.127/16), reiterar recomendação à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF para que continue se abstendo de promover qualquer aumento no subsídio/remuneração dos Defensores Públicos e de seus servidores, ainda que cumpridos todos os requisitos legais/constitucionais, salvo se sobrevier dispositivo legal, em sentido estrito, que estabelecer o percentual da receita corrente líquida destinado às despesas com gastos de pessoal da DPDF e que a instituição esteja abaixo do seu limite prudencial, à luz do que dispõe o art. 16 e o art. 17 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como os arts. 37, X, e 169, § 1º, II, da Constituição Federal de 1988;”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

III. autorize o arquivamento dos autos.

Sala da Sessões, 30 de outubro de 2018.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator